

Conjuntura Terceira agenda, em elaboração, quer reforçar a poupança interna e melhorar o gasto público

Governo monta tripé para o crescimento

Economia - Brasil

Rodrigo Bittar

De Brasília

O governo federal prepara uma série de medidas voltadas ao fortalecimento da poupança interna, tendo como base a melhoria dos gastos públicos, anunciou ontem o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Essa "terceira agenda econômica" abriria espaço para "o aumento dos investimentos do governo e para a redução da carga tributária".

As medidas, destacou o secretário, se associam à política fiscal e monetária, e aos vários projetos voltados à microeconomia — anunciados ao longo dos últimos meses pelo governo e que patinam no Congresso e na própria burocracia do Executivo — para formar o "tripé" que busca garantir crescimento sustentável de longo prazo.

Além desse anúncio, Appy e o secretário de Política Econômica, Marcos Lisboa, detalharam ontem "a segunda agenda" do Ministério da Fazenda, formada pelos temas voltados ao fortalecimento da microeconomia. Apesar de a lista conter mais de 30 itens e estar sendo discutida há mais de um ano, Lisboa admitiu que apenas cinco pontos estão efetivamente funcionando: o empréstimo com desconto em folha de pagamento; o fim da cumulatividade do PIS/Cofins; isonomia do PIS/Cofins nas importações; redução do Imposto de Importação (II) para máquinas sem similar nacional; e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de máquinas e equipamentos.

Questionado se essa lentidão em se regulamentar os outros temas não compromete a retomada do crescimento econômico, Lisboa garantiu que as projeções de variação do Produto Interno Bruto (PIB) feitas para 2004 (3,5%), 2005 (4%) e 2006 (4,5%) não levam em consideração a pauta microeconômica e estão garantidas com os "fundamentos atuais da economia", baseados no rigor fiscal, reestruturação da dívida pública com menor exposição cambial e controle da inflação. "A agenda microeconômica é muito ambiciosa e trará resultados no longo prazo", resumiu o secretário.

Entre os outros pontos, a maioria tramita no Congresso Nacional. Alguns estão avançados — como a Lei de Falências, que foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça do Senado e deve ir logo a plenário, e o Modermaq, programa de financiamento a bens de capital, cuja Medida Provisória deve ser divulgada neste mês. Mas a maior parte não tem prazo para começar a valer. Entre eles estão as Parcerias Público-Privado (PPPs) e a unificação do ICMS, prevista na Reforma tributária.

Há, ainda, aqueles que esbarram na própria lentidão do governo federal, como, por exemplo, a promessa de reformulação da Central de Riscos do Banco Central. Esse mecanismo visa proporcionar a maior disseminação das informações sobre o histórico de crédito dos clientes junto ao Sistema Financeiro Nacional, permitindo que os bancos "disputem" a

conta dos bons usuários.

Appy lembrou que a "agenda microeconômica" não é exclusiva do Ministério da Fazenda e engloba ações desenvolvidas em outras pastas, como os Ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento e do Turismo. Ele evitou comentar a demora do Congresso Nacional na votação dos temas já encaminhados. "O congresso tem seu ritmo, tem de ser respeitado", disse. A mesma opinião foi compartilhada por Lisboa.

Na pauta microeconômica do governo há ainda medidas de estímulo ao financiamento imobiliário. As principais são o patrimônio de afetação, o valor incontroverso e a securitização de créditos imobiliários, todos definidos no Projeto de Lei 3.065/2004, que tramita no Congresso.

Há também iniciativas de fortalecimento do ambiente de negócio, como o "aprimoramento do processo de execução cível", que reformula os procedimentos de litígios e muda os procedimentos de execução de sentenças judiciais (Projeto de Lei 3.253/2004, que também tramita no Congresso).

Nessa linha, o Ministério da Fazenda destaca medidas de incentivo ao empreendedorismo. Uma proposta em análise cria um regime especial para formalizar pessoas físicas que exercem atividade econômica autônoma. Outra desburocratiza o procedimento de abertura e fechamento de empresas. Também estão sendo realizados estudos que simplificam o recolhimento de impostos federais, estaduais e municipais.